

Prazo para servidor alterar regime de Previdência termina na quarta

Os servidores públicos federais têm até esta quarta-feira, 30 de novembro, para decidir sobre a migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A mudança é opcional e vale apenas para quem entrou no serviço público antes de 2013. A decisão é definitiva, por isso, especialistas recomendam aos servidores que façam as contas para saber quando é vantajoso alterar o regime previdenciário.

O funcionário que realiza o processo de migração fica com aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — que hoje é de R\$ 7.087,22 —, mas tem direito ao Benefício Especial (BE), uma indenização por todo o tempo que contribuiu para a previdência, acima desse teto de R\$ 7 mil.

A migração pode ser feita pelo Sigepe ou pelo aplicativo Sou Gov. Em ambos os programas, o funcionário deve clicar na opção 'previdência' e, dentro dessa opção, tem a possibilidade de optar ou não pela migração. O procedimento é feito de maneira muito simples e sem burocracia. Se o funcionário não migrar, pode ficar no regime antigo e, dependendo do ano em que entrou no serviço público, receber a integralidade e



a paridade de vencimentos na aposentadoria.

Caso o servidor opte pela migração, há a possibilidade de adesão à Funpresp-Exe, ou à Funpresp-Jus, que são responsáveis por serviços de previdência complementar aos poderes Executivo/Legislativo e Judiciário, respectivamente.

Até a última quarta-feira, 3.975 servidores públicos federais migraram para o RPC. A Funpresp espera que o movimento cresça na reta final, visto que, na última janela de migração, dentre os 6.560 que optaram por fazer o procedimento, 5.720, ou 87,2% do total, deixaram para a última semana.

O fato de a mudança de regime não ser obrigatória permite que o servidor faça a escolha mais adequada à sua realidade individual. O diretor de Seguridade da Funpresp, Cícero Dias, lembra

que é importante fazer as contas para saber se é mais vantajoso fazer a migração ou permanecer no antigo regime.

"É importante fazer essas contas, comparar os valores líquidos dessas aposentadorias e, além disso, comparar três coisas: o impacto da migração na remuneração atual, o impacto da migração no valor da aposentadoria e o impacto da migração nos benefícios de pensão por morte e nos benefícios de incapacidade", explica.

Para auxiliar o servidor, a Funpresp criou um página especial com um simulador que permite ao funcionário, por meio de seu histórico de remunerações, simular o que pode acontecer com a aposentadoria, pensão por morte ou por invalidez. Para acessar o simulador, o **funcionário deve acessar funpresp.com.br e clicar em 'veja como fazer'**.

Correio Braziliense



PRESTAÇÃO DE CONTAS

O SINDSEP /MA, convoca todos os associados em gozo dos seus direitos, para participarem da Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas, no dia 30 de novembro de 2022, às 10:00 horas, no Auditório do Sindicato, sito à Avenida Newton Bello, nº 524 - Monte Castelo, e para os participantes online será disponibilizado o link: <https://meet.google.com/vbi-idsi-vua>, para aprovarem ou não a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2021.

Governo Bolsonaro bloqueia mais R\$ 1,68 bi da Educação e inviabiliza universidades

Enquanto o país parava para assistir o jogo entre o Brasil e a Suíça pela Copa do Mundo 2022, nesta segunda-feira (28), na surdina, o governo de Jair **Bolsonaro** (PL), encaminhou um ofício a institutos federais de educação informando mais um **bloqueio** do orçamento destinado ao setor para cumprimento da regra do chamado **Teto de Gastos**. Segundo entidades ligadas à **educação**, o bloqueio total deve chegar a R\$ 1,68 bilhão, sendo que R\$ 244 milhões serão cortados de universidades, que, somado aos bloqueios anteriores, inviabiliza o funcionamento das universidades.

Só a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) teve bloqueados R\$ 9,4 milhões do orçamento discricionário. O cenário é dramático, segundo a reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho.

"A situação é muito grave. Se o bloqueio não for revertido, não teremos como pagar os salários de cerca de 900 profissionais extraquadros que complementam a mão de obra do Complexo Hospitalar e da Saúde da UFRJ, que conta com nove unidades, entre eles o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, o maior do estado do Rio em volume de consultas ambulatoriais, e a Maternidade Escola da UFRJ, terceiro maior centro do planeta no tratamento da doença trofoblástica gestacional, um tipo de tumor que pode evoluir para o câncer de placenta", aponta.

"Além disso, o novo bloqueio afeta cerca de R\$ 2 milhões

que seriam investidos na conclusão de módulos laboratoriais do Museu Nacional/UFRJ", complementa Denise.

Foi imediata a reação da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). As três entidades divulgaram em suas redes sociais uma imagem de comunicado do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do Tesouro Nacional, com críticas a ação federal que pegou a todos de surpresa. Todos citaram o oportunismo do momento do anúncio de mais um corte.

Em postagem no Twitter, a UNE disse: "Enquanto o país comemorava a vitória da seleção brasileira contra a Suíça, o Governo Bolsonaro confiscou novamente da educação".

A ANPG foi na mesma linha em postagem que diz: "Na surdina, durante o jogo do Brasil na Copa, Bolsonaro cometeu mais um crime de lesa-pátria: cortou o pouco que restava do orçamento das universidades federais e IFES".

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ricardo Marcelo Fonseca, que é membro do governo de transição do governo do presidente, Lula (PT), tuitou: "Há pouco, enquanto acontecia o jogo do Brasil na Copa contra a Suíça, ocorreu imensa retirada de recursos das Universidades, dos Institutos Federais e no

MEC. Na prática, raspam o que ainda sobrava dos recursos da Educação no Brasil. Terra arrasada nas nossas instituições."

Em nota, a Andifes informou que recebeu o bloqueio com surpresa e consternação. Declarou que o corte atinge recursos destinados a pagamentos de contas de luz, empregados terceirizados, contratos de serviços, bolsas etc.

A entidade lembrou que, no meio deste ano, o governo federal já havia bloqueado R\$ 438 milhões destinados a universidades federais. Com o novo corte, ele agora "parece 'puxar o tapete' das suas próprias unidades, ofendendo suas próprias normas e inviabilizando planejamentos de despesas em andamento", acrescentou a Andifes.

"Esperamos que essa inusitada medida de retirada de recursos, neste momento do ano, seja o mais brevemente revista, sob pena de se instalar o caos nas contas das universidades", declarou a associação.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) informou que o bloqueio "zera as contas" da rede. A entidade falou que o cenário é dramático e cobrou esclarecimentos do MEC.

"O Conif e toda a Rede Federal aguardam o MEC oficializar o valor do corte e um posicionamento efetivo por parte do Ministério, na esperança de que esse novo indicativo não passe de um mal-entendido", informou.

Fonte: cut.org.br/noticias